



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



FJM

Nº 70029133352

2009/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIO-
NALIDADE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70029133352

COMARCA DE PORTO ALEGRE

MESA DIRETORA DA CÂMARA MU-
NICIPAL DE VEREADORES DE CA-
RAZINHO,

PROPONENTE;

MUNICÍPIO DE CARAZINHO,

REQUERIDO;

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO/RS,

INTERESSADO.

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade com Pedido Liminar, proposta pela MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CARAZINHO/RS, visando a fulminar o art. 191, da Resolução n. 257/2003, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho/RS, que dispõe sobre a necessidade de o pedido de informações do Vereador ao Prefeito seja submetido à votação pelo plenário da Câmara, gerando uma blindagem indevida, ferindo a Constituição Federal, o Estado Democrático de Direito, bem como a própria função de fiscalizar do vereador.

Sustenta o proponente que o artigo citado viola o art. 5º da Constituição Federal que não contém a vedação imposta aos vereadores em receber as informações do Executivo Municipal, uma vez que as mesmas



FJM

Nº 70029133352

2009/CÍVEL


devem ser respondidas não somente aos vereadores, mas a qualquer cidadão que as solicitar.

Por fim, cita precedentes e requer o deferimento de liminar para o fim de suspender a eficácia "*ex tunc*" do dispositivo legal impugnado, dando-se ciência às autoridades municipais responsáveis pela promulgação e publicação do ato impugnado, devendo a ação ser julgada procedente ao final.

É o sucinto relatório.

Passo a decidir.

DEFIRO A LIMINAR PLEITEADA, para o fim de determinar a suspensão da vigência do art. 191 da Resolução 257/2003, que alterou o Regimento Interno da Câmara do Município de Carazinho, pois afronta ao art. 5º, XXXIII, da CF.

 Sem dúvida, a tese da parte autora é relevante e densa, merecendo ser considerada, neste momento, como apta a justificar a concessão da liminar. O risco de dano irreparável advém diretamente da necessidade de a Câmara e seus vereadores respeitar a norma que, por ora, vislumbra-se inconstitucional.

Com efeito, a norma desrespeita os limites constitucionais, já tendo sido debatida esta questão no âmbito desta Corte, tendo sido majoritária a tese da inconstitucionalidade da oposição de barreiras ao direito de informação. Nesse mesmo sentido, citem-se:



FJM

Nº 70029133352

2009/CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. DIREITO CONSTITUCIONAL DO CIDADÃO DE RECEBER DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PARTICULAR, COLETIVO OU GERAL ART. 5º, XXXIII, DA CF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS PELO MUNICÍPIO E NÃO PESSOALMENTE PELO PREFEITO. A Constituição de 88 consagrou como princípio a publicidade dos atos, contratos e outros instrumentos jurídicos da Administração (art. 37), que para além de assegurar seus efeitos externos, visa proporcionar seu conhecimento e assegurar seu controle pelos meios constitucionais. É pública a atividade da Administração, porque maneja coisa pública, do povo, por isso que nos dias de hoje, nada obstante posições de poucos e empedernidos estalinistas que a queda do muro de Berlim não sepultou, não mais se concebe o Estado oculto, nem o Estado que se oculta. Tudo o que é público, tudo o que é do povo há de estar às claras, sem peias, sem mordaza, sem sigilo. O princípio da publicidade é dever que se impõe à Administração; a ela se destina o comando constitucional inserido no artigo 37, que obriga a ampla divulgação de seus atos. Mas ao cidadão, a todos os cidadãos indistintamente, o art. 5º, XXXIII da Constituição assegura o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, de interesse coletivo ou geral, a que corresponde a obrigação dos órgãos públicos de prestá-las. Por isso, com muito mais razão o Vereador, menos porque no exercício de seu múnus, mais porque cidadão, tem o direito à informação, quer a solicite pelos canais regimentais, por intermédio da Câmara, quer o faça direta, pessoal e individualmente. A negativa enseja socorro ao Judiciário. Tanto mais que imotivada, posto ausentes as ressalvas da parte final do artigo 5º, XXXIII da Carta da República e sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Para além disso, o pedido de informações feito de modo individual não compromete a competência do Poder Legislativo ou do Tribunal de Contas, nem invade suas atribuições e de controle e fiscalização dos atos administrativos em geral. Os honorários advocatícios, na ação judicial proposta contra o sr. Prefeito Municipal em face de ato por ele praticado no exercício das suas funções, são devidos pelo município e não pessoalmente. Apelo provido em parte. Unânime. (Apelação Cível Nº 70022333389, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genaro José Baroni Borges, Julgado em 03/12/2008)

REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE INFORMAÇÃO. Pedido de informações formulado por Vereadores. Violação ao art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal prevalece sobre qualquer outra. O direito à informação é essencial em um regime democrático, visando à transparência dos atos administrativos, sendo inadmissível que o Prefeito Municipal se omita a prestar informações ao vereador no prazo legal. **MANTIDA A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO.** (Reexame Necessário Nº 70017211095, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 25/04/2007)

Assinatura

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE PREFEITO MUNICIPAL QUE EXIGE QUE OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES DOS VEREADORES PASSEM PELO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL. DESCABIMENTO. DIREITO À INFORMAÇÃO ASSEGURADO A TODOS, INCLUSIVE AOS VEREADORES, POR FORÇA DO ARTIGO 5º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PEDIDOS DE INFORMAÇÕES FORMULADOS POR VEREADORES. RECUSA. VIOLAÇÃO AO ART. 5º, XXXIII, DA CF, QUE PREVALECE SOBRE QUALQUER OUTRA, INCLUSIVE, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. O DIREITO À INFORMAÇÃO É ESSENCIAL EM UM REGIME DEMOCRÁTICO, VISANDO A TRANSPARÊNCIA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, SENDO INADMISSÍVEL QUE O PREFEITO MUNICIPAL SE RECUSE A PRESTAR INFORMAÇÕES AO VEREADOR, CONDICIONANDO-O À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, SUJEITO A MANOBRAS PO-



FJM

Nº 70029133352

2009/CÍVEL

LITICAS. O REGIMENTO INTERNO DA CAMARA DE VEREADORES DISPENSA EXPRESSAMENTE OS PEDIDOS DE INFORMACOES DE DELIBERACAO DO PLENARIO DAQUELA CASA. APELACAO PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70003741824, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 28/05/2002)

Dessa forma, **DEFIRO A LIMINAR**, para suspender os termos do art. 191, da Resolução n. 257/2003, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Carazinho/RS, conforme fundamentação supra, na parte que submete a decisão do plenário o pedido de informação de vereador.

Expeça-se, **com urgência**, ofício ao Presidente da Câmara de Vereadores, dando ciência desta decisão.

Cite-se, notifique-se e intimem-se

Após, ao Ministério Público.

Porto Alegre, 20 de março de 2009

DES. FRANCISCO JOSÉ MOESCH,
Relator.